

Diria que está no espírito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais que em tempo de prosperidade ou, em tempo de crise os trabalhadores e suas famílias possam contar com um emprego estável e um rendimento que lhes permita viver com dignidade.

Em Portugal, 18% dos trabalhadores auferem o salário mínimo sendo que o salário médio tem vindo a ser esmagado face às limitações da negociação colectiva no sector privado e o sector público na prática, isto significa que ter trabalho não é, por si só, condição para não estar na linha de pobreza. A crise, agora, provocada pelo Covid-19, com a perda de rendimentos sofrida por milhares de trabalhadores (layoff simplificado, desemprego, paragem de atividade) trouxe de novo à superfície graves situações de pobreza e de exclusão social, aprofundando as desigualdades e pondo em evidência a fragilidade e as lacunas do nosso sistema de protecção social e a sua incapacidade para responder eficazmente a todos os cidadãos. De facto a Covid-19 veio demonstrar a importância do Pilar Europeu dos Direitos Sociais como garante das necessidades essenciais da população é pois, necessário implementá-lo e desenvolvê-lo para que as sociedades se tornem mais justas e resilientes a crises.

A valorização da negociação colectiva ao nível dos sectores público e privado e a sua dinamização é primordial na redução de desigualdades e para que haja uma dinâmica de crescimento real dos salários, em lugar da convergência para baixo, que se tem verificado nos últimos anos. Aliás, quando se fala de negociação colectiva não são apenas os salários que estão em questão são: os horários de trabalho; as condições de saúde e segurança; as estratégias de formação ao longo da vida; a igualdade de oportunidades. No sector público e no privado a negociação colectiva é um factor de melhoria das condições de trabalho e paralelamente da competitividade/productividade e pode ser particularmente importante num momento em que indivíduos e empresas estão a enfrentar um processo de evolução no mundo do trabalho.

Perante a crise desencadeada pelo Covid 19, a Segurança Social portuguesa comportou-se razoavelmente bem, acudindo às necessidades dos que foram colocados em layoff, em paragem obrigatória. Para os trabalhadores que estão no sistema de segurança social foi possível encontrar respostas, mas o mercado de trabalho em Portugal tem mais de 20% de trabalhadores informais, por conta própria, independentes. Trabalhadores que não entram nas estatísticas do desemprego e que ficaram bastante desprotegidos face à abrupta queda de actividade. Num mundo em que as relações de trabalho mostram tendência para uma crescente atomização é necessário o alargamento do sistema de protecção social a todos os trabalhadores independentemente do seu vínculo de trabalho.

Finalmente, os Serviços Públicos... a tentação de considerar os Serviços Públicos uma despesa é enorme mas, na verdade o que esta crise tem mostrado é a necessidade de investir em serviços públicos de qualidade. Os trabalhadores dos serviços públicos estão envelhecidos e desmotivados após anos de reestruturações sucessivas que levaram à extinção de serviços, e a uma sobrecarga dos trabalhadores em funções. São necessários Serviços Públicos de qualidade em nome da igualdade no acesso à educação, à formação, à saúde. O Estado tem igualmente funções reguladoras e fiscalizadoras que são cruciais para o funcionamento da economia. Investir na formação e na

requalificação e numa cultura de exigência passa também pela forma como o “patrão Estado” gere os seus recursos humanos.

Não posso naturalmente, deixar de referir e frisar a importância do diálogo social. O envolvimento dos parceiros sociais tem de ser uma constante na busca das melhores soluções. A UGT está empenhada e disponível para o diálogo e a construção de consensos e compromissos que conduzam à implementação do PEDS contribuindo para um Portugal mais desenvolvido, mais coeso e justo.